

## **DOSSIÊ: MÉTODOS E EXPLICAÇÕES DA POLÍTICA**

**Para onde nos levam os caminhos recentes?\***

---

\* Dossiê organizado a partir de mesa redonda realizada no XXX Encontro da Anpocs, Caxambú, 2006.

## **Apresentação**

### **Eduardo Marques**

Pretendemos discutir os métodos e as explicações sobre a política, enfocando sobretudo abordagens recentes, como os mecanismos institucionais e relacionais, o lugar da história e a contribuição da antropologia da política.

A discussão sobre método é relativamente rara entre nós, visto que não temos tradição de pensar em nossas explicações, nem tampouco nos modelos de análise que são mobilizados por nossa produção científica. Na verdade, essa discussão é muitas vezes substituída por falsas oposições entre elementos necessariamente complementares para a produção do conhecimento. Acredito que o problema tenha várias origens, e embora conheça melhor o caso da ciência política parece-me que também atinge as demais disciplinas. Pretendo neste texto introdutório estabelecer alguns pontos preliminares. Não se trata de esgotar as questões destacadas, mas de diferenciar alguns elementos presentes nesse debate.

Em primeiro lugar, o espaço da discussão sobre método é, por vezes, ocupado entre nós por falsas dicotomias entre técnicas ou entre teoria e análise empírica. Com efeito, essa dicotomia ecoa oposições clássicas entre dedutivismo e “testemunho das coisas” na história da ciência que o desenvolvimento do conhecimento e a sua análise recente pelas ciências sociais superaram ou reintegraram (Latour, 2005). A maior parte do ensino de metodologia em nossos cursos, por exemplo, oscila entre a apresentação dos paradigmas teóricos de uma determinada disciplina e o ensino das técnicas de pesquisa ali presentes.

No que diz respeito às técnicas, além disso, somos até mesmo mobilizados para nos posicionar em relação à superioridade de certas técnicas sobre outras, como, por exemplo, na falsa oposição entre quantitativo e qualitativo. Talvez este seja o equívoco mais grave que se pode incorrer na matéria em pauta. Técnicas de pesquisa devem ser apenas aplicadas de forma correta (sob o ponto de vista de seus elementos técnicos) e apropriada para um certo objeto e um conjunto de perguntas e objetivos de pesquisa. As polêmicas abstratas e principistas sobre técnicas ou sobre estratégias analíticas são completamente desprovidas de sentido científico e servem apenas para ocultar conflitos de interesse e poder no interior da comunidade acadêmica e de suas instituições. Por vezes representam até mesmo uma defesa em relação a desconhecimentos e incapacidades. O avanço do conhecimento depende, diferentemente, da discussão de interpretações e argumentos a respeito de fenômenos.

Apesar disso, é verdade que enfrentamos um problema localizado no que diz respeito às técnicas. A produção científica brasileira, em geral, e o ensino de ciências sociais, em particular, apresentam uma lacuna significativa no campo das técnicas de pesquisa, sejam elas quantitativas ou qualitativas, sejam exploratórias ou analíticas. O problema é causado em parte por um círculo vicioso, visto que poucos entre nós foram formados (quando estudantes) para ensinar esse assunto, o que mantém as novas gerações de cientistas sociais pouco conhecedoras das principais ferramentas técnicas existentes.

Uma outra falsa oposição presente com alguma frequência entre nós diz respeito às estratégias de pesquisa. Assim como no caso anterior, a realização de investigações mediante estudos de caso ou estudos de variáveis com grande número de casos representa uma escolha importante entre estratégias de pesquisa, mas que deve apenas ser apropriada aos objetos estudados e às perguntas que o trabalho pretende responder. Como já fartamente discutido pela literatura internacional, as escolhas analíticas representam decisões com relação a ênfases. A utilização de uma estratégia baseada em um grande número de casos com poucas variáveis (usualmente quantificadas) permite, na maior parte das vezes, uma capacidade de generalização elevada, mas, por definição, leva o analista para longe dos detalhes e restringe o conjunto de elementos que podem ser estudados conjuntamente (Przeworski e Teune, 1970). Por outro lado, estudos baseados em casos estão muito mais interessados nos detalhes e tiram a sua capacidade de análise do entrelaçamento e da ordem dos fenômenos e das variáveis (Ragin, 1987), em troca de uma maior dificuldade de generalizar. A generalização e a compreensão dos detalhes e da variabilidade dos fenômenos somente podem ser alcançadas por meio da combinação dessas duas estratégias, tarefa que é normalmente realizada com o trabalho cooperativo no interior da comunidade científica entre perspectivas diferentes.

Embora essas várias escolhas sejam importantes, a questão mais geral a que me referi anteriormente não se resume a elas, mas se encontra nas estruturas da explicação, ou no maior ou menor controle dos pesquisadores sobre seus próprios argumentos.

O ponto de partida de todo o conhecimento em ciências sociais é a idéia de que é possível observar e interpretar as regularidades do mundo social, sem que isso signifique a abolição das variações individuais. Isso pode parecer óbvio, mas representa uma primeira distinção com relação a perspectivas céticas que defendem a impossibilidade de construirmos explicações em nossas ciências. Além de assumirmos uma postura não cética em relação ao conhecimento, entretanto, quase todos nós partimos de uma visão probabilística dos fenômenos no mundo social (Przeworski e Teune, 1970), incluindo autores que não abordam os seus fenômenos quantitativamente. Probabilístico tem aqui um sentido ontológico e

descreve o fato de que os fenômenos sociais sempre variarão de um caso para outro. Nesse sentido, o tipo de explicação que podemos produzir é diferente de grande parte das produzidas nas ciências físicas, em que a maioria dos fenômenos é entendida como determinística, sendo possível prever o comportamento futuro dos fenômenos incorrendo-se apenas em erros de medida. Na verdade, esse tipo de explicação era amplamente hegemônico sob o paradigma da física newtoniana, mas hoje nem mesmo nas chamadas ciências duras a determinação faz mais parte das explicações responsáveis pelos mais importantes desenvolvimentos (Prigogine, 1996). De qualquer forma, no caso dos fenômenos sociais, as variações em relação ao previsto por um determinado modelo explicativo não se devem apenas aos erros de nossos “instrumentos de medida”, ou às complexas multicausalidades do mundo social (King, Keohane e Verba, 1994), mas à variabilidade da ocorrência dos fenômenos no mundo social (King, Keohane e Verba, 1994; Przeworski e Teune, 1970). Isso ocorre mesmo quando há acordo a respeito de explicações, para além das diferenças de perspectiva sociais e éticas que marcam o conhecimento na área. Por todas essas razões, portanto, a construção de teorias de médio alcance parece ser para nós a postura analítica mais parcimoniosa, ao menos como estratégia provisória de produção cumulativa do conhecimento em ciências sociais.

A discussão detalhada desses pontos, entretanto, nos levaria para longe de nosso argumento. Para os objetivos deste debate, basta que estabeleçamos que a produção do conhecimento é possível e que nossos fenômenos tem uma ontologia probabilística, comportando variações em torno dos casos. Dado isso, uma das grandes clivagens presentes no debate diz respeito ao estatuto e às estratégias de nossas explicações. Esse ponto é analisado por vários autores de forma dispersa, e em Tilly (2001) de maneira mais explícita. Embora a classificação que esse autor propõe apresente alguns problemas, é bastante útil como ponto de partida.

Para Tilly, há basicamente quatro tipos de explicação, além da perspectiva cética (que representa, de fato, a recusa da possibilidade de explicações). Em primeiro lugar, as “leis gerais”, em que o esforço recai sobre a construção de generalizações amplas baseadas em informações empíricas de grande envergadura. Neste caso, a pesquisa é organizada metodologicamente como uma grande coleção de informações, controlando as variações em torno do que seriam médias estatísticas e apontando para as condições associadas à ocorrência de um determinado fenômeno. As informações podem ser qualitativas ou quantitativas, mas, ao final, passam por alguma forma de quantificação. Quando as leis gerais centram a sua atenção na existência de motivações e cognições, Tilly as considera um segundo tipo de explicação denominado “explicação por propensões”. Com grande frequência, em ambos os

casos os estudos mobilizam o que Mahoney (2001) chama de análise de correlação em um sentido lato.

Um terceiro conjunto de explicações de grande generalidade incluiria as sistêmicas, segundo Tilly. Neste caso, as análises compreendem a ocorrência de um dado fenômeno a partir do lugar que ele ocupa em uma estrutura ou sistema com funcionamento preestabelecido pela teoria. O funcionamento dos fenômenos é considerado automático e autoregulado, sendo derivado de processos e eventos que ocorrem sem a necessidade direta de ação social ou atores.

Por fim, um quarto e amplo conjunto de explicações mobiliza mecanismos e processos, indicando elementos singulares como causas e recorrendo a analogias explicativas parciais e localizadas. Os elementos mobilizados aqui estão próximos da ação social e situam-se, portanto, em um nível menos abstrato do que nos três tipos de explicação anteriores. Mahoney ajuda a precisar ainda mais o argumento, ao definir que um “mecanismo causal é uma entidade não observada que, quando ativada, gera um resultado de interesse” (2001, p. 580). Essa definição parece-me bastante interessante, pois não apenas chama a atenção para a dimensão suficiente dos mecanismos (que os diferenciam de meras variáveis intervenientes), mas principalmente destaca o fato de que “os mecanismos causais são relações postuladas que o pesquisador imagina que existam” (*Idem*, p. 581). Isso é de fundamental importância, uma vez que remete à ontologia dos mecanismos, indicando que eles não estão no mundo social, mas em nossas teorias. As explicações por mecanismos, portanto, não intencionam descobrir a existência de um dado elemento da sociedade, mas abrir a “caixa-preta” da causação de determinados fenômenos, levando a uma melhor compreensão das dinâmicas sociais.

Tilly descreve três tipos de mecanismos: ambientais, cognitivos e relacionais. No primeiro caso, temos ações que se vinculam a características dos contextos que influenciam a vida social. Dentre esses, podemos incluir as instituições, destacadas pelo neoinstitucionalismo, e o espaço ou o território, destacados pela geografia e os estudos urbanos e regionais. Os mecanismos cognitivos incluem as ações que se relacionam com as percepções e os estados mentais dos indivíduos e grupos sociais, englobando as várias explicações derivadas da teoria da escolha racional e suas aparentes violações, como o devaneio e a compensação. A maior parte dos elementos classificados por Elster (1998) como mecanismos pode ser incluída nessa categoria. Por fim temos os chamados mecanismos relacionais, que, de alguma forma, mobilizam as relações entre indivíduos, grupos e organizações, assim como os padrões gerais formados por tais conjuntos de relações, conformando redes sociais.

Parece-me que a classificação de Tilly confunde a ambição das explicações (presente nos três primeiros conjuntos de explicação) com a localização do elemento causal (presente nos mecanismos). Assim, é possível que sustentemos que um determinado mecanismo é de tal forma importante que ocorre sempre e, portanto, é o fundamento de uma lei geral. Nesse sentido, as explicações por mecanismos, apesar de se localizarem em níveis de abstração inferior aos descritos pelo primeiro conjunto, podem almejar uma generalização elevada. A força de sua classificação, entretanto, diz respeito à proposição dos tipos de mecanismos, o que me parece bastante importante para organizarmos as explicações que temos produzido.

Em nosso caso específico, se articulamos essa classificação com o que afirmei anteriormente em relação às teorias de médio alcance, parece-me que a postura mais parcimoniosa a adotar está em buscar os mecanismos e os processos de nível intermediário que explicam os fenômenos, em uma estratégia ao mesmo tempo provisória e cumulativa de produção do conhecimento. Os textos que compõem este Dossiê partem desse ponto de vista. Marta Arretche discute os principais elementos mobilizados em um tipo de explicação ambiental, de natureza institucional; Gilberto Hochman apresenta os principais elementos que as abordagens históricas comportam; em meu texto discuto os avanços trazidos recentemente pelo estudo dos mecanismos relacionais; por fim, Karina Kuchnir explora a abordagem da antropologia da política, problematizando nossas representações sobre a política (dos pesquisadores e dos próprios atores políticos) e contribuindo para um melhor entendimento dos mecanismos cognitivos tão caros a diversas tradições do estudo da política.

## **BIBLIOGRAFIA (SUB 1)**

- ELSTER, J. (1998), “A plea for mechanisms”, in P. Hedström e R. Swedberg (orgs.), *Social mechanisms: an analytical approach to social theory*, Cambridge, Cambridge University Press.
- KING, G.; KEOHANE, R. & VERBA, S. (1994), *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton, Princeton University Press.
- LATOUR, B. (2005), *Jamais fomos modernos*. São Paulo, Editora 34.
- MAHONEY, J. (2001), “Beyond correlation analysis: recent innovations in theory and method”. *Sociological Forum*, 16 (3).
- PRIGOGINE, I. (1996), *O fim das certezas: tempo, caos e leis da natureza*. São Paulo, Editora da Unesp.

- PRZEWORSKI, A. & TEUNE, H. (1970), *The logic of comparative social inquiry*. Malabr, R. Krieger Pub. Company
- RAGIN, C. (1987), *The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies*. Berkeley, University of California Press.
- RAGIN, C. (2006), "How to lure analytic social science out of the doldrums: some lessons from comparative research". *International Sociology*, 21 (5).
- TILLY, C. (2001), "Mechanisms in political processes". *Annual Review of Political Science*, 4.

## A AGENDA INSTITUCIONAL

**Marta Arretche**

*We seek not dogma, but disciplined thought.*

(KING, KEOHANE E VERBA, 1994, p. 7)

A análise do efeito das instituições políticas sobre o comportamento dos atores políticos ou sobre o conteúdo das decisões políticas ganhou grande proeminência nos estudos em ciência política realizados no Brasil. O postulado básico de que “as instituições importam” foi incorporado à agenda de pesquisa da ciência política brasileira, assim como parte expressiva do debate entre os cientistas políticos está voltada a responder à pergunta de quais são as instituições mais adequadas para que tenhamos um sistema democrático, representativo e estável.

De fato, o tema das instituições tem grande apelo tanto para os cientistas sociais motivados a produzir orientações normativas e/ou recomendações políticas como para aqueles motivados a produzir conhecimento científico. Como demonstraram Ferejohn e Pasquino, a longa história da teoria política é reveladora das estreitas conexões entre os projetos normativo e positivo, posto que:

O teórico interessado em persuadir uma audiência [...] [visa a] nos convencer de como a vida política deveria ser vivida, e tentando fazer isso nos trata como capazes de acompanhá-lo na contemplação de como as instituições alternativas ou os sistemas normativos deveriam funcionar. [Ora], quem prescreve uma ação deve ser capaz de antecipar suas conseqüências relevantes [...]. Para que uma teoria normativa seja atrativa, ela deve ser ao menos um pouco plausível, assim como atrativa, à luz da teoria positiva. Ela deve conseguir acertar (ao menos na maior parte das vezes), caso contrário qual seria a atração das prescrições normativas que se apóiam nela? (Ferejohn e Pasquino, 2001, p. 6).

Em outras palavras, qualquer prescrição normativa sobre um estado desejável de vida social deve ser capaz de demonstrar que as instituições propostas produzirão efeitos compatíveis ou próximos deste estado de coisas. Simetricamente, a justificativa para a mudança institucional está assentada sobre uma condenação dos efeitos produzidos pelas instituições presentes. Portanto, as relações entre instituições e seus efeitos desejáveis ou indesejáveis devem estar assentadas sobre um conhecimento de natureza positiva. Em suma,

proposições normativas devem se apoiar em conhecimentos relativos às regularidades da vida social, campo da ciência social positiva. Obviamente, esta proposição é válida para qualquer nível de abrangência, desde propostas que envolvam amplas reformas políticas até recomendações de mudança em políticas específicas.

O apelo da agenda institucional – tanto normativo como positivo – assenta-se sobre o suposto de que o comportamento humano – as preferências e os valores dos indivíduos – não é manufaturável, ao passo que as instituições são um artefato humano, passível de construção consciente. Nesse contexto, o que importa para a vida social são os comportamentos dos indivíduos e não, suas preferências. Logo, a contribuição desse programa de pesquisas consistiria na possibilidade de identificar o modo como as instituições afetam os comportamentos, de tal sorte que seja possível influir na vida social propondo instituições políticas que criem incentivos favoráveis aos comportamentos desejados.

Tal conexão – entre teorias normativas e positivas – remete para questões relativas à teoria do conhecimento e de metodologia. No campo da primeira, falar de uma ciência social positiva supõe admitir que seu objetivo é descobrir regularidades da vida social (King, Keohane, e Verba, 1994), negando a perspectiva que Tilly (2001) chamou de cética, por postular que as ações políticas seriam totalmente indeterminadas e, portanto, imprevisíveis.

Na evolução recente das ciências sociais, a negação das premissas dos paradigmas holísticos, assim como a refutação empírica de suas explicações, implicou a aceitação do postulado de que a ciência social positiva não é capaz de estabelecer leis gerais. Os argumentos de que os desejos e as ações humanos não podem ser totalmente determinados (Elster, 1994), de que eventos sociais são afetados por fatores não-sistemáticos (King, Keohane e Verba, 1994), ou, ainda, de que um mesmo fenômeno geral pode ocorrer através de trajetórias distintas (Esping-Andersen, 1991; Bendix, 1996), todos eles conduziram à ampla aceitação de que o objetivo da ciência política positiva – pelo menos, em seu estágio atual – é produzir conhecimentos de natureza probabilística – isto é, cuja capacidade de previsão estaria limitada à *alta* probabilidade de termos “B” como resultado, caso sejamos capazes de identificar “A” (Pierson, 2004) – e de portabilidade limitada, concentrados em teorias de médio alcance (Merton, 1970) – isto é, orientados a explicar um conjunto restrito de fenômenos sociais.

No plano metodológico, o reconhecimento do caráter probabilístico e de portabilidade limitada da ciência social positiva não torna menos necessário o emprego de regras de inferência lógica que deixem confiáveis as conclusões alcançadas (King, Keohane e Verba, 1994). Ao contrário, é o fato mesmo da incerteza do conhecimento que torna absolutamente

necessário o respeito a regras de inferência que permitam estabelecer uma relação de causalidade entre um determinado fenômeno social ou político (B) e outro fenômeno que lhe dá origem (A). Daí a importância da citação que inicia este artigo, uma vez que este é talvez o maior desafio de nossas análises em ciência política, qual seja, o de produzir pensamento disciplinado por regras de método. Basicamente, a diferença entre uma especulação – uma hipótese plausível sobre a causa de um fenômeno – e uma explicação causal (Elster, 1994) supõe o respeito a regras básicas que disciplinem o pensamento do analista, protegendo-o de suas próprias preferências.<sup>1</sup>

Para a agenda institucionalista – como de resto para todos os programas de pesquisa orientados a produzir teorias de médio alcance –, isto implica que *não são todos* os fenômenos políticos que podem ser explicados por estas teorias, mas apenas aqueles cujas características se ajustem às suas premissas. O postulado de que as “instituições importam”, porque afetam as estratégias dos atores e o conteúdo das decisões políticas, deu origem a um extenso programa de pesquisa que busca explicar tanto as relações entre instituições, comportamentos e resultados – as teorias institucionais – como a origem das próprias instituições políticas – as teorias das instituições (Diermeier e Krehbiel, 2003).

A ampla difusão dos pressupostos das teorias institucionalistas causaria, entretanto, grande desserviço à causa da produção de conhecimento se esta se convertesse em um novo dogma, que oferecesse respostas fáceis para fenômenos complexos. Em outras palavras, explicar um fenômeno político qualquer afirmando que as “as instituições importam” tornou-se quase uma trivialidade. Na verdade, a contribuição central está em identificar *quais* instituições de fato afetam comportamentos e decisões, e *como*, isto é, por meio de que processos e mecanismos.

---

<sup>1</sup> A definição de estratégias de pesquisa que construam proposições explicativas empiricamente falsificáveis e internamente consistentes (King, Keohane e Verba, 1994) é distinta da escolha das técnicas de coleta de dados (Tilly, 2001). Na verdade, a excessiva concentração das atenções na superioridade das técnicas qualitativas ou quantitativas tem deslocado o ponto central da discussão. De fato, para obter resultados analíticos confiáveis, a decisão mais importante diz respeito à estratégia de pesquisa. As técnicas de coleta de dados são apenas uma consequência da estratégia de pesquisa, que, por sua vez, depende da pergunta a ser respondida. Técnicas qualitativas ou quantitativas não são superiores em si mesmas, mas devem ser avaliadas por sua adequação à pergunta a ser respondida, à natureza dos dados e indicadores a serem construídos e à qualidade da informação disponível.

Um exemplo desse desafio é a análise das relações entre a forma de Estado e o *welfare state*. Desenvolvimentos recentes no campo da análise comparada contribuíram para “questionar a amplamente aceita premissa [...] de que o federalismo é inimigo do crescimento do Estado de Bem-Estar em todos os países e em todas as eras” (Leibfried, Castles e Obinger, 2005, p. 307). A análise comparada de decisões e resultados de políticas públicas tem concluído que é praticamente sem significado analítico a divisão binária entre estados federativos e unitários (Filippov, Ordeshook, Shvetsova, 2004; Obinger, Leibfried e Castles, 2005).

Confrontados com conclusões desse tipo, os cientistas sociais estão normalmente propensos a afirmar que o fenômeno em questão é complexo. Esta, entretanto, não constitui uma solução satisfatória, uma vez que nada mais é do que uma confissão do insuficiente desenvolvimento da teoria existente, posto que quer dizer que não sabemos quais são as variáveis que explicam o comportamento do fenômeno analisado (King, Keohane e Verba, 1994). Alternativamente, poder-se-ia afirmar que esta é uma evidência de que as instituições não importam, uma vez que diferentes instituições não produzem diferenças relevantes nos resultados. A aceitação dessa resposta implicaria, evidentemente, o abandono da agenda institucionalista e a adoção de outro paradigma de investigação. Uma terceira alternativa seria admitir que não são estas as instituições que de fato importam, qual seja, os estudos empíricos que admitiram a premissa da existência de uma distinção fundamental entre estados federativos e unitários não estavam observando as instituições de fato relevantes para explicar a emergência e o desenvolvimento das políticas de proteção social.

Longe de significar um fracasso desse programa de pesquisa, isso na verdade indica sua maturação, na direção de excluir – com base em sólida investigação empírica – variáveis explicativas que não se mostraram relevantes. Assim, o avanço desse programa exigiria examinar quais instituições políticas favorecem o desenvolvimento e a ampliação de políticas de proteção social abrangentes e inclusivas.

Além disso, o avanço desse programa envolveria examinar como tais instituições políticas afetam as decisões, problema este ainda mais difícil de ser enfrentado, pois implica abrir a “caixa preta” do processo decisório e identificar os mecanismos postos em marcha (Elster, 1994) pelas instituições identificadas (Tilly, 2001). Examinar mecanismos institucionais é distinto de examinar instituições, pois diferentes instituições podem por em marcha mecanismos institucionais similares. Por exemplo: a dispersão ou a centralização da autoridade política são mecanismos institucionais centrais na análise do desempenho dos estados federativos. Tanto a facilidade para aprovar emendas constitucionais como a

concentração de recursos tributários na União favorecem a centralização da autoridade política, na medida em que limitam a autonomia decisória dos governos locais. Embora sejam instituições distintas, põem em marcha um mecanismo institucional similar.

Não menos relevante nessa agenda de pesquisa é a controvérsia relativa à questão da seleção de casos para análise. Muitos trabalhos no campo da escolha racional pretendem identificar leis gerais, parcimoniosas, com base na investigação de um grande número de casos. Na teoria do neoinstitucionalismo histórico, a prioridade dada aos efeitos derivados da combinação de variáveis em contextos específicos e ao caráter endógeno da formação das preferências dos atores implicou que a grande maioria dos trabalhos desta corrente seja feita com base em comparações de um pequeno número de casos. Tais divergências de método dão a impressão de que as divergências entre essas duas correntes estão centradas em técnicas de pesquisa, quando, na verdade, se referem a tipos de explicação válida (Tilly, 2001). Mais do que isto, difundiu-se a errônea proposição de que o método dos neo-institucionalistas enfatizaria a singularidade dos casos.

É claro que para um analista interessado em fazer recomendações para um determinado país, o conhecimento de suas especificidades é da maior relevância. Entretanto, para a produção de conhecimento positivo, relativo às regularidades da vida social, os fenômenos singulares podem ser apenas expressão de eventos estocásticos (King, Keohane e Verba, 1994) e, portanto, sem relevância. Por outro lado, um caso singular pode ter grande relevância para a teoria social se suas características particulares desafiam o conhecimento teórico existente. A relevância do caso norte-americano em Weir *et al.* (1988) e Skocpol (1992) não está em descrever as particularidades da política social nos Estados Unidos, mas em explicitar que as diferenças dos resultados no desenho daquele sistema de proteção social poderiam ser atribuídas a variáveis ainda não examinadas pelas teorias existentes. Não é a singularidade do caso que motiva sua seleção, mas sua capacidade de trazer luz à teoria existente. Portanto, o que interessava não era o que é particular ao caso norte-americano, mas o que é geral e ainda não havia sido descoberto pelo conhecimento disponível. Tratava-se, portanto, de converter “nomes próprios em variáveis” (Przeworski e Teune, 1970).

Em suma, entre os cientistas políticos envolvidos na agenda de pesquisa institucionalista, não há apenas divergência quanto aos postulados básicos – facilmente acessíveis em resenhas e artigos (Levi, 1997; Immergut, 1998; Hall e Taylor, 2003), mas também quanto aos métodos a serem empregados para fazer inferências sobre a regularidade da vida social (Lieberman, 2001; Levi, s.d.).

Contudo, não me parece produtivo empenhar-se na defesa da superioridade de qualquer uma de suas vertentes, particularmente a teoria das escolhas racionais e o neoinstitucionalismo histórico. Extensa e produtiva produção recente (Bates, 1998; Elster, 2000; Skocpol, 2000; Mahoney e Rueschemeyer, 2003; Pierson, 2004) dedicou-se a enfrentar pontos de controvérsia entre as duas correntes, explicitando divergências e produzindo algumas convergências em torno de questões substantivas, tais como a formação das preferências dos atores (se endógenas ou exógenas), as causas da mudança institucional (se endógenas ou exógenas), o postulado do equilíbrio institucional, as disciplinas com as quais deve dialogar preferencialmente a ciência política (se a economia ou a sociologia) e a influência do fator “tempo” no desenvolvimento institucional. A atitude intelectualmente mais produtiva neste caso seria enfrentar tais questões e argumentos específicos.

## **BIBLIOGRAFIA (SUB 1)**

- BATES, R. *et al.* (1998), *Analytic narratives*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BENDIX, R. (1996), *Construção nacional e cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança*. São Paulo, Edusp.
- DIERMEIER, D. & KREHBIEL, K. (2003), “Institutionalism as a methodology”. *Journal of Theoretical Politics*, 15 (2): 123-144.
- ELSTER, J. (1994), *Peças e engrenagens das ciências sociais*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- \_\_\_\_\_. (2000), “Rational choice history: a case of excessive ambition”. *American Political Science Review*, 94 (3): 685-695.
- ESPING-ANDERSEN, G. (1991), “As três economias políticas do *Welfare State*”. *Lua Nova*, 24: 85-116.
- FEREJOHN, J. & PASQUINO, P. (2001), “A teoria da escolha racional na ciência política: conceitos de racionalidade em teoria política”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 16 (45): 5-24.
- FILIPPOV, M.; ORDESHOOK, P. & SHVETSOVA, O. (2004), *Designing federalism: a theory of self-sustainable federal institutions*. Cambridge, Cambridge University Press.
- HALL, P. & TAYLOR, R. (2003), “As três versões do neo-institucionalismo”. *Lua Nova*, 53: 193-223.

- IMMERGUT, E. (1996), “As regras do jogo: a lógica da política de saúde na França, na Suíça e na Suécia”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 30 (11): 139-163.
- \_\_\_\_\_. (1998), “The theoretical core of the new institutionalism”. *Politics and Society*, 26 (1): 5-34.
- KING, G.; KEOHANE, R. & VERBA, S. (1994), *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton, Princeton University Press.
- LEVI, M. (1997), “A model, a method, and a map: rational choice in comparative and historical analysis”, in M. Lichbach e A. Zuckerman, *Comparative politics. rationality, culture, and structure*, Cambridge, Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_. (s.d.), *Modeling complex historical process with analytic narratives* (mimeo.).
- LEIBFRIED, S.; CASTLES, F. & OBINGER, H. (2005), “‘Old’ and ‘new politics’, in federal states”, in H. Obinger; S. Leibfried e F. Castles (orgs.), *Federalism and the Welfare State: new world and European experiences*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LIEBERMAN, E. (2001). “Causal inference in historical analysis: a specification of periodization strategies”. *Comparative Political Studies*, 34 (9): 1011-1035.
- MAHONEY, J. & RUESCHEMEYER, D. (2003), *Comparative historical analysis in the social sciences*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MERTON, R. (1970), *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo, Mestre Jou.
- OBINGER, H.; LEIBFRIED, S.; CASTLES, F. (orgs.). (2005), *Federalism and the Welfare State: new world and European experiences*. Cambridge, Cambridge University Press.
- PIERSON, Paul. (2004), *Politics in time*. Princeton/Oxford, Princeton University Press.
- PRZEWORSKI, A. & TEUNE, H. (1970), *The logic of comparative social inquiry*. Malabr, R. Krieger Pub. Company.
- RAGIN, C. (1987), *The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies*. Berkeley, University of California Press.
- SKOCPOL, Theda. (1992), *Protecting soldiers and mothers*. Cambridge, Harvard University Press.
- \_\_\_\_\_. (2000), “Commentary: theory tackles history”. *Social Science Theory*, 24 (4): 669-676.
- TILLY, C. (2001), “Mechanisms in political processes”. *Annual Review of Political Science*, 4.
- WEINGAST, Barry. (1998), “Notes on a possible integration of historical institutionalism and Rational Choice theory”, artigo preparado para o Russell Sage Foundation Meeting, Nova York, nov.

WEIR, M.; ORLOFF, A. & SKOCPOL, T. (orgs.). (1988), *The politics of social policy in the United States*. Princeton, Princeton University Press.

## HISTÓRIA E POLÍTICAS\*

**Gilberto Hochman**

*A história importa?* Essa é uma pergunta cuja resposta de cientistas políticos, na trilha de economistas e sociólogos da política, tem sido, nas últimas duas décadas, crescentemente incisiva e insistentemente positiva, ainda que longe de unânime. Tanto o substantivo “história”, como o adjetivo “histórico”, passaram a freqüentar mais o vocabulário corrente da disciplina, ainda que se saiba que a história esteve mais presente na formação e nos caminhos das ciências sociais (Abrams, 1982; Reis, 1998). É no campo disciplinar da sociologia que esse diálogo tem sido mais constante e persistente, de onde derivam a expressão “virada histórica das ciências sociais” (McDonald, 1996), a constatação de que vivemos uma “era de ouro da sociologia macro-histórica” (Collins, 1999) ou estamos em uma “segunda ou terceira onda” da sociologia histórica (Adams *et al.*, 2005). Parte dessa reflexão tem produzido fortes intersecções com a análise histórica comparada e com as análises de políticas públicas (Ashford, 1992; Mahoney e Rueschemeyer, 2003).

Essa diferenciação entre história, como disciplina e método distintivo, e histórico, como atributo de processos e práticas que ocorrem no tempo e no espaço, não é apenas um recurso para ressaltar dimensões da articulação entre história e política, mas indica diferentes compreensões sobre a história. Para além da distinção weberiana entre singularidade e generalização, que diferencia analiticamente a causalidade histórica da sociológica, surgiu um vocabulário que contaminou certos segmentos da ciência política: por exemplo, tempo, conjuntura, contexto, evento e seqüência.

No Brasil, os estudos de políticas públicas em perspectiva histórica obtiveram amplo acolhimento multidisciplinar e grande audiência. Os embates travados com o behaviorismo e as perspectivas não-históricas de análise, tão cruciais para a “virada histórica” no mundo anglo-saxão, não foram muito influentes nas ciências sociais brasileiras. Desse modo, os campos da ciência política, da economia, da história e da sociologia produziram importantes estudos sobre as origens, o desenvolvimento, as continuidades e as mudanças de políticas públicas específicas, , em particular no período republicano. A gênese e o desenvolvimento

---

\* A Elisa Pereira Reis, que me introduziu no tema das relações entre ciências sociais e história, e a Simone Kropf, que me ensinou a conviver, mais tranquilamente, com as inúmeras intersecções da vida e da academia.

das políticas sociais de proteção ao trabalhador e das políticas econômicas voltadas para a industrialização foram temas privilegiados nas análises históricas das políticas estatais.

Até a década de 1980, a ênfase foi desvelar políticas estatais específicas em sua dimensão nacional, com poucos empreendimentos comparativos ou de incorporação dos entes subnacionais. Tratava-se de compreender a natureza do Estado brasileiro, seu viés autoritário e centralizador, a modernização econômica e a desigualdade, e refletir sobre as possibilidades de construção de uma ordem democrática. Esse conjunto extenso de trabalhos transitou entre uma narrativa organizada pela teoria e a pesquisa histórica, esta muitas vezes criticada pelos historiadores. Assim, os processos históricos seriam cenários e conteúdos de um argumento teórico e formal que os organizaria e os interpretaria. Nesse sentido, o singular e o contextual, que caracterizam a explicação histórica, foram bases para generalizações e teorizações. Neste diálogo fértil entre política e história, nem sempre explícito ou pacífico, houve reconhecimento mútuo – os cientistas sociais adotaram categorias como periodização e contextualização em seus estudos, e os historiadores, por sua vez, passaram a utilizar categorias analíticas e interpretativas das ciências sociais.

A redemocratização do país trouxe novos temas e problemas de investigação para as ciências sociais, e novos arsenais teóricos e metodológicos adentraram o campo. Novas agendas e problemas de pesquisa e o processo natural de disciplinarização certamente tornou o diálogo entre a história e a ciência política mais complexo em relação àquele estabelecido em décadas anteriores. É preciso reconhecer que, no campo específico da ciência política, a questão “por que a história importa?” (Pierson e Skocpol, 1999) ganhou um sentido particular quando os cientistas políticos perceberam a importância da análise das instituições, e, portanto, a perspectiva histórico-comparada passou a ser fundamental. Desse modo, a *história* tem exercido atração para os que enveredam na investigação de processos e escolhas que se deram “no passado”, mesmo próximo, e que influenciam o presente. Por outro lado, o setor de história política passou a enfrentar dilemas do “tempo presente”, isto é, entendeu que era necessária uma interpretação histórica para os eventos do presente, mas tinha que manter, ao mesmo tempo, as características distintivas e constitutivas da área. Além disso, os historiadores adentraram também o terreno da ciência política, tratando de temas como eleições, partidos, opinião pública e ações governamentais a partir de suas circunscrições temporais e espaciais (Rémond, 2003). Mas, nesse processo, como sugere Sewell (2005), os historiadores não têm participado ativamente da discussão com as ciências sociais.

A adesão à sentença “a história importa” é constatável pelo número crescente de trabalhos publicados no Brasil e no exterior que comportam temas afins. Porém, a idéia de

“voltar para trás e olhar” (Pierson, 2004, p. 47) não é completamente nova, nem tão simples como poderia parecer em princípio, mas é polêmica dentro do próprio neoinstitucionalismo (Hall e Taylor, 2003; Pierson, 2004); e talvez não desfrute de prestígio em certas comunidades acadêmicas que associam a história a métodos qualitativos, com baixa capacidade de formalização e reduzida capacidade de comparação.

Avanços e problemas são assinalados pela literatura que tem buscado refletir sobre o tema e empreender análises historicamente orientadas de políticas. Parte considerável desses avanços advém do crescimento e da visibilidade das análises comparadas e contextualizadas. Esses estudos abordam um número determinado de casos para delinear similitudes e divergências e identificar causalidades nos processos históricos, tais como democratização, efeitos de políticas sociais e conformação dos modernos Estados nacionais (Mahoney e Rueschemeyer, 2003). Também vêm produzindo impulsos positivos no campo dos métodos histórico-comparativos. Os avanços e as novas proposições podem ser observados na produção da vertente histórica do novo institucionalismo que se articula, mas não se confunde, com as análises históricas comparadas (Steinmo *et al.*, 1992; Mahoney e Rueschemeyer, 2003). O desafio dessa vertente é procurar explicar processos e resultados políticos a partir de variáveis institucionais, ou melhor, considera as instituições regras do jogo ou limites estruturantes da ação e da interação humana. Aqui, *histórico* refere-se à visão de que as instituições são produtos de lutas políticas e processos temporais concretos, o que remete ao conceito de dependência de trajetória. Escolhas são feitas em determinadas conjunturas e restringem as chances de trajetórias alternativas em política e políticas, processo esse que varia em contextos diferentes, potencialmente comparáveis. Enfim, existiria uma causalidade social dependente da trajetória percorrida observada no tempo, na *história* (Mahoney, 2001).

Todos se reconhecem vinculados ao movimento que levou a essa *virada histórica* das ciências sociais e, na área específica da ciência política, os estudiosos têm trabalhado proficuamente com conceitos e processos correlatos na explanação de processos políticos. Alguns autores desejam dar seguimento e aprofundar o debate em torno desse tema, outros preferem não reforçar o vínculo entre as ciências sociais e a história. Nessas diferentes perspectivas, há de se levar em conta que o exame de processos temporais não é apenas uma mudança metodológica, ou aprimoramento técnico, mas também uma mudança teórica (Skocpol e Pierson, 2002; Pierson, 2004; Thelen, 2004). Ou seja, a construção de teorias de continuidade e mudança pressupõe o poder causal de conexões temporais entre eventos. Isso requer conceitos que reconheçam a diversidade dos padrões dessas conexões. Contudo, talvez

ainda estejamos nos marcos tradicionais. Skocpol, por exemplo, em meados dos anos de 1980, lembrava que os “clássicos”, no seu esforço de compreender os processos de mudança e as estruturas sociais da Europa moderna, se preocuparam em explicar seqüências particulares de eventos históricos buscando a chave para entender as mudanças cruciais e os contrastes na formação do mundo moderno (Skocpol, 1985, p. 2)

Alguns autores entendem a história como uma trajetória ou uma ordem particular de eventos que produz resultados. mais interessantes analiticamente quanto mais se auto-reforçam e ou se reforçam positivamente. Essa noção de história associada à análise de trajetórias incorre no risco de se criar generalizações simplistas – como, por exemplo, o “passado influencia o presente” – e se enclausurar na busca de causas remotas. Há trabalhos que naturalizam a idéia de dependência de trajetória, além de um uso bastante lato desse conceito, como identificam Mahoney (2000) e Pierson (2004). Este autor sublinha que a história importa nos processos de retroalimentação positiva, nos quais a seqüência é fundamental, e que é preciso identificar não apenas os eventos, mas a ordem temporal em que eles ocorrem, além de estar atento à possibilidade de comparar cursos de eventos diferentes.

Um último comentário é sobre obstáculos para se investigar os aspectos temporais no entendimento de seus resultados em termos de política e políticas. Feitas as ressalvas anteriores, parece que a *história* como disciplina e arsenal metodológico não tem sido acionada quando proclamam seu papel na análise de políticas. A dependência de trajetória e as dinâmicas de auto-reforço, os efeitos de bloqueio e os processos de retroalimentação positiva, entre outros, ao fornecerem um instrumental para analistas de políticas públicas eximiu-os (mas nem todos) do diálogo sistemático com a história. Desse modo, eles iriam além da descrição ou da simples narrativa. A história poderia se tornar simplesmente fonte e arsenal empírico.

Se história é narrativa no tempo, pensar historicamente é indissociável do tempo cronológico, que, por sua vez, não é apenas seqüência temporal de eventos. Na narrativa histórica os eventos se relacionam entre si e não são facilmente organizáveis e realocáveis. Aqui a distinção disciplinar, sem diálogo, produz um fosso. Vale lembrar que há cada vez mais estudos históricos de qualidade sobre políticas e ações do Estado fora da moldura da ciência política. A pergunta seria como, desprovidos da *história*, podemos acessar o *histórico*? O caminho, creio, é refletir sobre os instrumentos que dão acesso ao contexto, à contingência e aos eventos na organização de uma seqüência temporal, o que nos permitiria identificar mecanismos sociais importantes.

## BIBLIOGRAFIA (SUB 1)

- ABRAMS, P. (1982), *Historical sociology*. Ithaca, N.Y., Cornell University Press.
- ADAMS, J.; CLEMENS, E. & ORLOF, A. (2005). *Remaking modernity: politics, history, and sociology, Politics, history, and culture*. Durham, Duke University Press.
- ASHFORD, D. (1992), *History and context in comparative public policy: pitt series in policy and institutional studies*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press.
- COLLINS, R. (1999), *Macro history: essays in sociology of the long run*. Stanford, Stanford University Press.
- HALL, P. & TAYLOR, R. (2003), “As três versões do neo-institucionalismo”. *Lua Nova*, 53: 193-223.
- MAHONEY, J. (2000), “Path dependence in historical sociology”. *Theory and Society*, 29: 507-548.
- \_\_\_\_\_. (2001), *The legacies of liberalism path dependence and political regimes in Central America*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- \_\_\_\_\_. (2004) “Comparative-historical methodology”. *Annual Review of Sociology*, 30: 81-101.
- MAHONEY, J. & RUESCHMEYER, D. (2003), *Comparative historical analysis in the social sciences. Cambridge studies in comparative politics*. Cambridge, U.K./Nova York, Cambridge University Press.
- MCDONALD, T. (1996), *The historic turn in the human sciences*. Ann Arbor, University of Michigan Press.
- PIERSON, P. (2004), *Politics in time: history, institutions, and social analysis*. Princeton, Princeton University Press.
- PIERSON, P. & SKOCPOL, T. (1999), “Why history matters”. *APSA-CP Newsletter*, pp. 29-31.
- REIS, E. (1998), *Processos e escolhas: estudos de sociologia política*. Rio de Janeiro, Contracapa.
- REMOND, R. (org.). (2003), *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- SEWELL, W. (2005), *Logics of history: social theory and social transformation. Chicago studies in practices of meaning*. Chicago, University of Chicago Press.
- SKOCPOL, T. (org.). (1985), *Vision and method in historical sociology*. Cambridge, Cambridge University Press.

- SKOCPOL, T. & PIERSON, P. (2002), "Historical institutionalism in contemporary political science", in Ira Katznelson e Helen V. Milner (eds.), *Political science: state of the discipline*, Nova York, W.W. Norton.
- STEINMO, S.; THELEN, K. & LONGSTRENTH, F. (1992), *Structuring politics: historical institutionalism in comparative analysis. Cambridge studies in comparative politics*. Nova York, Cambridge University Press.
- THELEN, K. (2004), *How institutions evolve: the political economy of skills in Germany, Britain, the United States, and Japan. Cambridge studies in comparative politics*. Nova York, Cambridge University Press.

## OS MECANISMOS RELACIONAIS

### Eduardo Marques

Em um sentido abstrato, a discussão sobre mecanismos relacionais confunde-se com a própria análise da política, visto que o poder tem uma natureza intrinsecamente relacional. Entretanto, a maior parte das linhas de análise da política historicamente buscou elementos explicativos localizados em duas escalas opostas de abstração – de um lado, nas estruturas e nos sistemas sociais e, do outro, nos indivíduos e nos processos de decisão individual –, mesmo que pensadas estrategicamente. Apesar disso, a maioria dessas análises incluiu e levou em conta as relações, embora de maneira contextual e metafórica.

A partir dos anos de 1970, entretanto, desenvolveu-se um programa de pesquisas focado no nível intermediário e concentrado na análise dos padrões de relações de indivíduos e entidades que cercam as situações sociais – a sociologia relacional. Esses padrões de relação estariam presentes em praticamente todas as situações sociais, sendo muito difícil estudar fenômenos sociais sem considerá-los, como no caso dos fenômenos econômicos, por exemplo (Granovetter, 1985). Concretamente, essa análise reproduz, por meio de representações gráficas e matemáticas, os contextos relacionais dos mais variados tipos, onde se inserem os atores sociais. Nas análises desse tipo, pessoas, grupos, organizações e entidades são representadas como nós, e as relações, como vínculos de vários tipos. Os vínculos podem ser materiais e imateriais, apresentar conteúdos múltiplos e usualmente são pensados como em constante transformação. Na verdade, tais análises tentam sempre reproduzir dedutivamente por meio das redes certas estruturas relacionais de médio alcance, construindo um nível analítico intermediário entre estrutura e ação social. A tarefa é similar à estabelecida com o espaço, pelos sociólogos urbanos marxistas nos anos de 1970, ou com as instituições, pelos neoinstitucionalistas nos anos de 1980.

As redes podem ser entendidas, basicamente, de três formas. Seguindo diversas tradições das ciências sociais, podemos considerá-las apenas de maneira metafórica ou de forma descritiva e ensaística. São definidas também como prescrição normativa para uma determinada situação, como em estudos em administração de empresas, por exemplo. Por fim, são consideradas um conjunto de ferramentas analíticas para o estudo de situações sociais específicas por meio da análise das conexões sociais nelas presentes. Concentro-me neste texto nessa última acepção, pois acredito que os avanços na área advêm da utilização das redes como método de investigação – a análise de redes sociais –, uma vez . Os ganhos

analíticos do uso do método advêm do fato de que os padrões de relação de diversas situações sociais apresentam complexidade tão elevada que não podem ser analisados satisfatoriamente por meio de narrativas que explorem metaforicamente as redes. Em fenômenos com baixa complexidade, evidentemente, o uso de metáforas pode permanecer como a melhor estratégia, e a análise de redes talvez apenas adicione novos aspectos técnicos e conceituais desnecessariamente.

Como a ciência política enfoca centralmente o poder político (institucionalizado ou não), e como este apresenta uma natureza relacional intrínseca, o estudo das redes sociais pode ajudar bastante. As análises envolvem, por exemplo, o estudo da influência dos padrões de relacionamento em mobilizações coletivas, seja em trabalhos de corte mais tradicional (Gould, 1991), seja em trabalhos mais contemporâneos centrados nas dimensões discursivas da ação política (Mische e White, 1998). De forma similar, a literatura investigou as influências das redes no comportamento eleitoral (Niuwbeerta e Flap, 2000) e na estruturação dos partidos políticos (Hedstrom *et. al.*, 2000). Os estudos sobre as elites políticas também representam um importante campo para a análise das redes, seja do ponto de vista das relações internas à elite política (Gill-Mendieta e Schmidt, 1996) e à elite econômica (Minz e Schwartz, 1981; Kadushin, 1995), seja comparando elites políticas e econômicas (Laumann *et al.*, 1992). Um outro conjunto de trabalhos investiga os padrões de relação no interior do Estado, envolvendo burocracias, agências estatais e políticas públicas (Marques, 2000, 2003) e investigando especificamente a produção de políticas (Knoke, 2003; Laumann e Knoke, 1987). Como a análise de redes permite a realização de estudos detalhados sem o preestabelecimento das fronteiras entre Estado e sociedade, representa também uma importante ferramenta tanto para o estudo de *lobby* (Heinz *et al.*, 1997) e de novas institucionalidades de governança (Schneider *et al.*, 2003), como para a análise das relações entre público e privado no entorno do Estado (Marques, 2000, 2003).

A análise de redes sociais parte do pressuposto de que as relações sociais constituem a unidade básica da sociedade, ao invés dos atributos dos indivíduos. Nesse sentido, o mundo social seria formado ontologicamente por padrões de relação de vários tipos e intensidades em constante transformação. Nas primeiras sínteses teóricas sobre essa questão, atributos individuais e relações sociais eram vistos, de uma forma reducionista, como elementos em oposição (Emirbayer, 1997). Atualmente, eles são pensados em associação, visto que, em muitas situações sociais, entidades com atributos comuns têm maior probabilidade de estabelecer relações por causa da presença de mecanismos de homofilia (Kadushin, 2004). Ao

mesmo tempo, as relações ajudam a construir atributos de vários tipos, sendo muitas vezes difícil estabelecer uma direção causal única.

Embora os autores enfatizem questões diferentes, é possível reconhecer ao menos três tipos de análise. O primeiro investiga os efeitos das posições dos atores e entidades sobre os fenômenos políticos. Essas posições podem potencialmente: a) : alterar os resultados; b) influenciar as ações, estratégias, alianças e oposições e c) influir inclusive sobre as propensões cognitivas dos atores (inclusive as suas preferências). O segundo tipo de uso analítico das redes foca nos efeitos da estrutura da rede sobre os fenômenos existentes em uma dada situação. Nesse caso, analisam-se a conformação geral de densidades e grupos, e os padrões de contigüidade, conectividade e distância presentes na rede social. Por fim, o terceiro grupo discute os efeitos de modelos diferentes de estrutura sobre tipos de fenômenos. A ênfase, nesse caso, está na comparação entre estruturas de várias redes de um mesmo tipo. De fato, essas três estratégias foram empreendidas a partir da década de 1970, em um caminho de crescente generalização explicativa.

Como qualquer estrutura, as redes costumam ser duradouras. Isso porque, embora elas se transformem continuamente com a construção ou o rompimento de vínculos, a parcela em transformação tende a ser relativamente pequena comparada ao conjunto dos vínculos. Além disso, estudos recentes sugerem a existência de elementos associados ao comportamento matemático das redes (Watts, 1999), os quais lhes garantiriam sua continuidade, mesmo em contextos de mudanças intensas de vínculos. A combinação desses elementos faz com que as redes apresentem, a um só tempo, dependência da trajetória, sobretudo em relação à estrutura, e tendências constantes de mudança, principalmente em termos localizados.

Embora a complexidade técnica do tema não seja muito grande, esse tipo de análise envolve escolhas que determinam os resultados dos estudos.

A primeira escolha analítica fundamental diz respeito ao tipo de rede a ser estudada. Em todos os casos, as redes podem ser conceituadas para reproduzir os padrões de relação centrados em um ou mais indivíduos ou em contextos mais amplos, que modelam o tecido relacional de uma determinada situação social (as chamadas redes totais). A escolha de redes pessoais ou amplas depende das preocupações analíticas da investigação.

A segunda escolha refere-se aos elementos que compõem as redes – indivíduos, famílias, grupos, organizações etc. Esses agrupamentos institucionais e grupais, por sua vez, conectam-se muitas vezes por meio dos indivíduos que os constituem. As entidades nas redes, portanto, estão sempre submetidas a uma natureza dual entre indivíduos e grupos e

organizações (Breiger e Mohr, 2004) e, novamente, a questão se associa intrinsecamente aos pressupostos analíticos envolvidos.

Por outro lado, os vínculos considerados na análise podem envolver elementos materiais, como dinheiro e mercadoria, e imateriais, como informações, afetos e idéias. Eles podem incluir, virtualmente, qualquer coisa, embora a consideração de certos tipos de vínculo possa trazer dificuldades com relação à operacionalização da pesquisa e mesmo à confiabilidade das informações obtidas no campo.

A essa dimensão se soma outra ligada à intensidade dos vínculos. Desde que Granovetter (1973) demonstrou a importância fundamental dos vínculos fracos para a difusão de informações associadas a emprego, os autores vêm discutindo essa questão, e hoje há um consenso de que ambos os vínculos devem ser considerados, mas em relação a fenômenos distintos. Os fracos geralmente se fazem presentes na veiculação de informações e na construção de coordenação política. Os fortes, em contrapartida, são importantes quando se trata de fenômenos de coesão, comando e relações mais verticalizadas. Mas ambos não são excludentes, podendo ser considerados inclusive na análise de uma mesma situação, como mostraram Carroll e Fennema (2002).

As redes também podem incluir vínculos formais e informais. Na verdade, uma das potencialidades trazidas pela análise de redes diz respeito exatamente à possibilidade de considerarmos esses dois tipos de vínculos de forma conjunta e sistemática. Embora nem toda a literatura trabalhe dessa forma, a incorporação de vínculos informais e não intencionais vem enriquecendo o estudo sobre elites econômicas (Kadushin, 1995) e sobre atores estatais e não estatais na produção de políticas públicas (Marques, 2003). Especificamente a este respeito, a incorporação de vínculos informais e não intencionais (construídos ao longo da formação das comunidades de políticas) parece ser um caminho promissor para o estudo do Estado de forma mais próxima da realidade empírica (Marques, 2006).

A sociologia relacional também não tem pressupostos fortes com relação à racionalidade dos atores, sendo inclusive possível integrá-la com perspectivas da escolha racional e ferramentas da teoria dos jogos. A análise de redes é apenas incompatível com a adoção de princípios estritos de individualismo metodológico. Na verdade, a ela apenas indica como funciona um dos *settings* em que os indivíduos estão inseridos, sendo compatível com vários pressupostos de racionalidade. As próprias redes, entretanto, parecem ser o produto de uma conjugação entre ação orientada a fins, acaso, e herança dos padrões de vínculo anteriores. Como os atores individualmente não têm controle sobre a estrutura das redes e sobre as posições dos demais atores, mesmo que hajam racionalmente para construir e

desmontar vínculos (e provavelmente o fazem), conseguirão influenciar apenas uma parte muito pequena do tecido relacional em que se inserem. Parodiando Marx, é possível dizer que os indivíduos fazem as redes, mas não as fazem como querem.

Todas as dimensões destacadas sugerem que a análise de redes envolve um grau elevado de escolha da parte do analista no que diz respeito à conceituação dos elementos relacionais presentes nas situações estudadas. Essa característica não trás em si nada de problemático, desde que as escolhas sejam apropriadas às perguntas formuladas e se desdobrem em estratégias e instrumentos de pesquisa também apropriados. Dado o grau de detalhe envolvido, entretanto, a análise de redes trabalha sempre com estudos de caso. Como já destacado na apresentação deste dossiê, no uso dessa estratégia de pesquisa, a generalização dos resultados é obtida com as comparações, variando os elementos presentes e investigando detalhadamente a combinação dos fatores causais em cada conjunto de casos. Assim, apenas a realização de muitos estudos comparativos de redes em situações sociais distintas pode, no médio prazo, sugerir quais os tipos de influências que elas provocam, dadas as circunstâncias e os processos presentes. Embora ainda estejamos longe desse momento, avançamos consideravelmente nas últimas três décadas na compreensão das características, do funcionamento e das conseqüências das redes sociais.

## **BIBLIOGRAFIA (SUB 1)**

- BREIGER, R. & MOHR, J. (2004), “La dualidad y la agregación de categories sociales”. *Redes*, 5 (4).
- CARROLL, W. & FENEMA, M. (2002). “Is there a transnational business community?”. *International Sociology*, 17 (3).
- EMIRBAYER, M. (1997), “Manifesto for a relational sociology”. *American Journal of Sociology*, 103 (2).
- GILL-MENDIETA, J. & SCHMIDT, S. (1996), “The political network in Mexico”. *Social Networks*, 18.
- PAREIGOULD, R. (1991), “Multiple networks and mobilization in the Paris Commune, (1871)”. *American Sociological Review*, 56.
- GRANOVETTER, M. (1973). “The strenth of weak ties”. *American Journal of Sociology*, 78.
- \_\_\_\_\_. (1985). “Economic action and social structure: the problem of embeddedness”. *American Journal of Sociology*, 91 (3).

- HEDSTROM, P.; SANDELL, R. & STERN, C. (2000), "Meso-level networks and the diffusion of social movements". *American Journal of Sociology*, 106 (1).
- HEINZ, J.; LAUMMAN, E.; NELSON, R. & SALISBURY, R. (1997). *The hollow core: private interests in national policy making*. Cambridge, Harvard University Press.
- KADUSHIN, C. (2004), "Introduction to social network theory". Acessado no site <http://home.earthlink.net/~ckadushin/Texts/Basic%20Network%20Concepts.pdf#search=%22charles%20kadushin%20chapter%201%22>.
- KADUSHIN, C. (1995), "Friendship among the French financial elite". *American Sociological Review*, 60.
- KNOKE, D. (2003), "The sociopolitical construction of national policy domains". Acessado no site <http://www.soc.umn.edu/~knoke/>.
- LAUMANN, E. & KNOKE, D. (1987), *The organizational state: social choice in the national policy domains*. Madison, University of Wisconsin Press.
- LAUMANN, E.; TAM, T.; HEINZ, J.; NELSON, R. & SALISBURY, R. (1992), "The social organization of the Washington establishment during the first Reagan administration", in G. Moore A. e Whitt (orgs.), *Research in politics and society*, Tóquio, JAI Press, vol. 4.
- MARQUES, E. (2000), *Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Revan/Fapesp.
- \_\_\_\_\_. (2003), *Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo*. São Paulo, Annablume.
- \_\_\_\_\_. (2006) "Redes sociais e poder no Estado brasileiro: aprendizados a partir de políticas urbanas". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21 (60).
- MINTZ, B. & SCHWARTZ, M. (1981), "Interlocking directorates and interest group formation". *Ann. Soc. Review*, 46.
- MISCHE, A. & WHITE, H. 1998. "Between conversation and situation: public switching dynamics across network-domains". *Social Research*, 65.
- NIEUWBEERTA, P. & FLAP, H. (2000), "Crosscutting social circles and political choice". *Social Networks*, 22.
- SCHNEIDER, M.; SCHOLZ, J.; LUBELL, M.; MINDRUTA, D. & EDWARSEN, M. (2003), "Building consensual institutions: networks and the National Estuary Program". *American Journal of Political Science*, 47 (1).
- WATTS, D. (1999), "Networks, dynamics and the small-world phenomenon". *American Journal of Sociology*, 105 (2).

## ANTROPOLOGIA E POLÍTICA

### Karina Kuschnir

A abordagem da política pela antropologia pode ser definida de uma forma simples: explicar como os atores sociais compreendem e experimentam a política, isto é, como significam os objetos e as práticas relacionadas ao mundo da política. A compreensão de grupos específicos, em circunstâncias particulares, leva a comparações e diálogos com a literatura sobre contextos sociais mais amplos.

Embora aparentemente simples, trata-se de uma proposta complexa de ser executada e que implica pelo menos dois pressupostos. O primeiro, de que a sociedade é heterogênea, formada por redes sociais que sustentam e possibilitam múltiplas percepções da realidade. O segundo, de que o “mundo da política” não é um dado *a priori*, mas precisa ser investigado e definido a partir das formulações e dos comportamentos de atores sociais e de contextos particulares.

O interesse da antropologia pela política existe desde os primórdios da disciplina, uma vez que o estudo de sociedades e relações sociais é estreitamente ligado à temática das relações de poder. No contexto da tradição evolucionista, que marcou a fase inicial da antropologia, o foco recaía sobre as formas e os sistemas de poder em sociedades “primitivas”, cujas características deveriam ser comparadas e classificadas em relação ao sistema político das sociedades modernas, consideradas mais “evoluídas”. Propunha-se, então, uma linha evolutiva das formas de organização política, que começava com a “horda primitiva” e chegava ao Estado moderno. Nessa época, entre o final do século XIX e o início da década de 1920, a grande maioria dos estudos antropológicos não tinha a política como tema central de interesse, nem a antropologia política era pensada ou formalizada como uma subárea de estudos.

Com o avanço da tradição estrutural-funcionalista britânica, no entanto, a política ganhou espaço, sobretudo nas etnografias realizadas no contexto colonial anglo-africano. Muitos desses estudos buscavam entender a organização social de grupos e etnias sem a presença de um sistema político formal, isto é, sem Estado. É nessa direção que surgem as reflexões sobre a importância dos sistemas de parentesco para a hierarquia e a coesão sociais. Tendo como referência inicial Radcliffe-Brown, sucederam-se autores como Evans-Pritchard, Meyer Fortes, Max Gluckman, Edmund Leach e Victor Turner, entre outros. Alguns dos textos fundamentais da então recém-nomeada “antropologia política” foram produzidos nesse

contexto, como a coletânea *African political systems* (Fortes e Evans-Pritchard, [1940] 1961) e a monografia *Os Nuer* (Evans-Pritchard, [1940] 1978). Essa abordagem, por sua vez, também gerou críticas. A definição de poder teria se tornado tão ampla que poderia ser encontrada em qualquer situação social, englobando literalmente todos os temas da disciplina (Vincent, 2002). Mas é nessa fase que se consolidou institucionalmente o campo de uma *antropologia política* (Easton, 1959). É fundamental ressaltar que, embora dialogando entre si com mais ou menos frequência, esses antropólogos não produziram em absoluto abordagens homogêneas da política. Se numa primeira etapa foi dada maior ênfase aos aspectos de coesão e equilíbrio social, à medida que avançamos no tempo, observamos uma maior preocupação com as transformações sociais, discutindo as relações de poder no tempo e no espaço, a partir de temáticas relacionadas a conflitos, rituais, mitos, identidades, *status*, representações e práticas.

A partir da década de 1950, principalmente depois do clássico *Sistemas políticos da Alta Birmânia*, de Edmund Leach ([1954] 1996), desenvolve-se uma nova fase no campo da antropologia política, com o afastamento do cânone tradicional e a pulverização de problemas teóricos e temas de pesquisa, cujo alcance foge ao âmbito deste texto. Entretanto, há um certo consenso de que esses novos campos são fruto sobretudo do enfrentamento dos desafios impostos por uma conjuntura mundial na qual convivem forças políticas e culturais em diversos níveis como comunismo, capitalismo, colonialismo e movimentos sociais de diversos tipos. Entre estes, a área dos estudos feministas e dos movimentos anticolonialistas ganhou destaque por sua importante contribuição para a reflexão em torno do poder (Vincent, 2002).

No contexto brasileiro, desenvolveu-se, na década de 1990, um conjunto de trabalhos autodenominados *antropologia da política*, que tiveram sua institucionalização mais importante no Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), sediado no Museu Nacional da UFRJ, mas envolvendo grupos em outras universidades federais, como as de Brasília, Ceará e Rio Grande do Sul, entre outras. O objetivo do NuAP, como definiu Peirano (1998), era partir da “suposição básica de que a categoria política é sempre etnográfica”. Ao investigar a política legitimada pelos padrões ocidentais modernos, “deslegitimando pretensões essencialistas, sociocêntricas e conformistas”, revela-se que a própria percepção da “política” como uma esfera social à parte de outras esferas é produto dessa ideologia moderna. No caso brasileiro, alerta Peirano, o antropólogo enfrentaria uma “combinação complexa” de universalismo científico e ideologia nacional de moldes “holistas”.

Isso tem sido observado em muitos estudos empíricos, desde o clássico *Coronelismo, enxada e voto* (Leal, 1948) até as recentes etnografias e coletâneas publicadas no âmbito do

NuAP (Palmeira e Goldman, 1996; Barreira e Palmeira, 1998; Heredia, Teixeira e Barreira, 2002; Palmeira e Barreira, 2006). A política é entendida, aqui, principalmente como um meio de acesso aos recursos públicos, no qual o político atua como mediador entre comunidades locais e diversos níveis de poder. Esse fluxo de trocas é regulado pelas obrigações de dar, receber e retribuir, o que o antropólogo Marcel Mauss ([1924] 1974) chamou de “lógica da dádiva”, e cujo princípio fundamental está no comprometimento social daqueles que trocam para além das coisas trocadas.

As pessoas que participam dessas redes, seja como eleitores, seja como políticos, nunca concordariam com os acadêmicos que consideram suas ações um mero “clientelismo”. Do ponto de vista “nativo”, os políticos não estão “privatizando bens públicos” (para usar uma definição clássica de clientelismo); ao contrário, os políticos estão *dando acesso* a bens e serviços públicos a pessoas que não os teriam de outra forma. Nesse contexto, a palavra “público” não significa “recursos que pertencem a todos”, mas “recursos monopolizados pelas elites políticas e econômicas”. Ou seja, pessoas “ordinárias” – de estratos inferiores da sociedade – não participariam dessa definição de “público”. Por isso mesmo, o acesso às fontes públicas de bens e serviços precisa ser intermediado pelo político e é visto como um bem extraordinário, “que não tem preço”.

No entanto, essa rede não se constitui apenas pelo acesso e intermediação de recursos públicos. A distribuição de bens e serviços em locais de “atendimento”, como centros de assistência social ou escritórios políticos, é prática corrente. Para manter esse tipo de serviço, o político precisa manter fortes laços com empresários ou grupos economicamente favorecidos que lhe forneçam dinheiro ou mercadorias demandados pela comunidade. Essa ajuda externa é retribuída, por sua vez, na forma de alvarás, licenças, anistia de multas e outros benefícios diversos. Pode também, sem dúvida, em certos casos, caracterizar-se como corrupção pura e simples.

Como se coloca, então, a antropologia da política ante a questão da democracia? Se nos basearmos nos seus princípios conceituais, relações de troca do tipo acima mencionadas são um grande desserviço. Entretanto, como intelectuais, temos que evitar que nosso desejo de melhorar a qualidade da democracia interfira na forma como coletamos e interpretamos os dados de pesquisa. Senão, ficaremos perpetuamente rotulando as pessoas em vez de tentar compreendê-las. Seguindo a proposta de Peirano (1998), esses mesmos rótulos operam segundo lógicas de poder da academia ou até lógicas de poder mais amplas. Assim, o mesmo fenômeno classificado como “máquina política”, nos Estados Unidos, torna-se “clientelismo”, na América Latina, ou “serviços aos eleitores”, no Reino Unido (Posada-Carbó, 2005).

Categorias como “mandonismo”, “coronelismo”, “clientelismo”, entre outras, trazem embutidas a idéia de que as nossas práticas políticas são imperfeitas, atrasadas ou inferiores. Trata-se de classificações que tomam por base o princípio de que as sociedades modernas devem estar comprometidas com os princípios democráticos universais inspirados nas experiências européia e norte-americana. Desse ponto de vista, o clientelismo será sempre visto como sintoma de nosso estágio de “subdesenvolvimento” e, portanto, um problema para a “modernização” da política.

Seguindo em outra direção, podemos tomar o “clientelismo” como expressão de *valores culturais* que privilegiam as relações sociais entre *pessoas*, por oposição às relações entre indivíduos, no sentido que Roberto Da Matta (1979) emprestou ao termo. Isto é, trata-se de trocas e relações sociais que envolvem noções como honra, gratidão e dívida moral. Em muitos casos, isso ajuda também a perceber que as relações de troca empiricamente observadas não se constituem numa esfera “política” à parte, muito menos são a principal fonte de recursos da população. Tanto é assim que muitos dos bens doados por políticos são itens aparentemente supérfluos, como perucas, camisas para times de futebol, brinquedos, latas de tinta etc.

Para a antropologia, é preciso investigar tais trocas dentro do contexto etnográfico em que ocorrem, buscando a compreensão das relações sociais envolvidas. Em muitos casos, essa compreensão é fundamental para percebermos que a política opera com valores da sociedade mais abrangente, tradicionalmente associados a outras esferas da vida social, como família e religião, mas considerados ilegítimos quando operados na esfera política. Isso não quer dizer, obviamente, que se queira justificar nem defender essas práticas – cumpre, antes de tudo, compreendê-las.

Onde ficaria, então, a responsabilidade e a contribuição da antropologia para com os princípios da democracia representativa e o aperfeiçoamento das suas instituições?

Como afirmou Abélès (1997), a antropologia não tem como objetivo criticar as práticas políticas, mas entender a maneira pela qual as relações de poder emergem numa situação determinada, adquirindo significado para os atores sociais. Parte sempre do pressuposto de que a “democracia” é um modelo teórico, e que, portanto, não existe de forma pura. Questionar conceitos como “clientelismo” é deixar de tomar esse modelo como ponto de partida; é não considerar universais termos como, por exemplo, “individualismo”, “representação” e “domínio público”; é, finalmente, perceber que o universalismo é um valor inspirado no paradigma da modernização, na crença de que a imparcialidade e a objetividade

devem prevalecer sobre as emoções e a subjetividade (como as que estão presentes nas relações baseadas na honra e na dádiva).

A abordagem antropológica privilegia técnicas de pesquisa qualitativas, voltadas para a realização de trabalho de campo com observação participante e entrevistas em profundidade, frequentemente produzindo “estudos de casos”. No entanto, o antropólogo não ignora que as práticas e as representações observadas estão inseridas numa sociedade maior, num sistema político formal, com instituições de larga escala. Nesse esforço, a antropologia de um modo geral oscila entre sua fidelidade ao particular e a necessidade de produzir generalizações (Lewellen, 1992). Por isso, é fundamental que se estabeleça um diálogo com outras disciplinas, como a história, a ciência política, a sociologia, a lingüística e a comunicação. É a partir de abordagens multi e interdisciplinares e da adoção de uma perspectiva comparativa que se pode chegar a compreender não só as representações e as práticas da política num grupo específico, mas também as relações desse material etnográfico com a sociedade mais ampla.

A antropologia pode contribuir nesse debate porque sua principal tarefa é estudar não o que a política *deve ser*, mas o que ela *é* para um determinado grupo, em um contexto histórico e social específico. Compreender, “do ponto de vista do nativo”, práticas muitas vezes diferentes daquelas que idealizamos pode gerar incômodo, intelectual ou cívico, mas um incômodo necessário, pois, como disse Geertz, “se quiséssemos verdades caseiras, deveríamos ter ficado em casa” (2001, p. 67).

## **BIBLIOGRAFIA (SUB 1)**

- ABÉLÈS, M. (1997). “Political anthropology: new challenges, new aims”, *International Social Science Journal*, 153: 319-332.
- BARREIRA, I. & PALMEIRA, M. (orgs.). 1998, *Candidatos e candidaturas: enredos da campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo, Annablume.
- DA MATTA, R. (1979), *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro, Zahar.
- EASTON, D. (1959), “Political anthropology”. *Biennial Review of Anthropology*, Stanford University Press.
- EVANS-PRITCHARD, E. ([1940] 1978), *Os Nuer*. São Paulo, Perspectiva.
- FORTES, M. & EVANS-PRITCHARD, E. (orgs.). ([1940] 1961), *African political systems*. Londres, Oxford University Press.
- GEERTZ, C. (2001), *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro, Zahar.

- HEREDIA, B.; TEIXEIRA, C. & BARREIRA, I. (orgs.). (2002), *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- LEACH, E. ([1954] (1996), *Sistemas políticos da Alta Birmânia*. São Paulo, Edusp.
- LEAL, V. (1948), *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro, Forense.
- LEWELLEN, T. (1992). *Political anthropology: an introduction*. Westport/Londres, Bergin & Garvey.
- MAUSS, M. ([1924] (1974), “Ensaio sobre a dádiva, forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”, in *Sociologia e antropologia*[TRATA-SE DE UM LIVRO, QUEM É O AUTOR? OU UMA PUBLICAÇÃO?], São Paulo, EPU, vol. 2, pp. 37-184.
- PALMEIRA, M. & BARREIRA, C. (orgs.). (2006), *Política no Brasil: visões de antropologia*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/NuAP/UFRJ.
- PALMEIRA, M. & GOLDMAN, M. (orgs.). (1996), *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro, Contra Capa.
- PEIRANO, M. (1998), “Antropologia política, ciência política e antropologia da política”, in \_\_\_\_\_, *Três Ensaio Breves*. Brasília, UnB, “Série Antropologia”, n. 230, pp. 17-29.
- POSADA-CARBÓ, E. (2005), Seminário “Political clientelism in contemporary democracies: the case of Brazil in comparative and interdisciplinary perspective”[ Trata-se do nome do seminário? Não há título da comunicação?]. Oxford, University of Oxford (comunicação oral).
- VINCENT, J. (2002), *The anthropology of politics: a reader in ethnography, theory, and critique*. Malden, Mass./Oxford, Blackwell.